



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Procuradoria-Geral do Estado

IV EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE
ESTAGIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

QUESTÃO DISSERTATIVA - Chave de resposta

ABORDAGEM ESPERADA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1. Fluência e coerência da exposição, correção gramatical e precisão da linguagem jurídica.	05
2. Forma federativa de Estado. Federação composta pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, todos autônomos. Artigos 1º e 18 da CF/88.	02
3. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (Art. 2º da CF/88). <i>“A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função. Assim, ao Poder Legislativo foi cometida a função normativa (ou legislativa); ao Executivo, a função administrativa; e, ao Judiciário, a função jurisdicional. Entretanto, não há exclusividade no exercício das funções pelos Poderes. Há, sim, preponderância. As linhas definidoras das funções exercidas pelos Poderes têm caráter político e figuram na Constituição. Aliás, é nesse sentido que se há de entender a independência e a harmonia entre eles: se, de um lado, possuem sua própria estrutura, não se subordinando a qualquer outro, devem objetivar, ainda, os fins colimados pela Constituição. Por essa razão é que os Poderes estatais, embora tenham suas funções normais (funções típicas), desempenham também funções que materialmente deveriam pertencer a Poder diverso (funções atípicas), sempre, é óbvio, que a Constituição o autorize.”</i> (Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de direito administrativo / José dos Santos Carvalho Filho. – 31. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017)	02
4. Forma de governo: república. Sistema de governo: presidencialismo.	01
5. Regime jurídico administrativo: explicar que o regime jurídico de direito público é diferente do regime jurídico de direito privado, sobretudo em função dos princípios da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público. <i>“O ordenamento jurídico brasileiro submete as variadas hipóteses de atuação da administração pública, nos três Poderes e em todos os níveis da Federação, ora a um regime jurídico tipicamente de direito público, ora a normas oriundas predominantemente do direito privado. Quando os órgãos, entidades e agentes integrantes da administração pública atuam jungidos a normas de direito público, diz-se que sua atividade é desempenhada sob o denominado “regime jurídico-administrativo”. Esse regime de direito público confere poderes especiais à administração pública, os quais são, por sua vez, contrabalançados pela imposição de restrições especiais à atuação dela. O rol de prerrogativas e o conjunto de limitações - não existentes nas relações típicas entre particulares - que caracterizam o regime jurídico administrativo derivam, respectivamente, do princípio da supremacia do interesse público e do postulado da indisponibilidade do interesse público.”</i>	01
6. Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Art. 37 da CF.	02
7. Conceituação de Administração Pública, com abordagem do conceito em sentido objetivo e subjetivo. Em sentido amplo, pode-se entender Administração Pública como sendo o conjunto de entidades estatais, seus órgãos e agentes, incumbidos de realizar função administrativa visando à satisfação das necessidades coletivas e dos fins desejados pelo Estado. <i>“Administração pública em sentido material, objetivo ou funcional representa o conjunto de atividades que</i>	01



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Procuradoria-Geral do Estado

<i>costumam ser consideradas próprias da função administrativa.”</i>	
<i>“Administração pública em sentido formal subjetivo ou orgânico é o conjunto de órgãos, pessoas jurídicas e agentes que o nosso ordenamento jurídico identifica como administração pública, não importa a atividade que exerçam (como regra, evidentemente, esses órgãos, entidades e agentes desempenham função administrativa).”</i>	
Mencionar limitações e prerrogativas da Administração Pública, como, por exemplo, o dever de licitar, a regra do concurso público, a submissão à estrita legalidade, a impenhorabilidade dos bens públicos, as cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos, a autoexecutoriedade dos atos de polícia, etc.	01
TOTAL	15 PONTOS

QUESTÕES OBJETIVAS - Gabarito

QUESTÃO/ ALTERNATIVA	A	B	C	D	E
01		X			
02					X
03			X		
04	X				
05					X
06			X		
07				X	
08					X
09			X		
10		X			
11	X				
12					X
13	X				
14		X			
15			X		